



ACÓRDÃO Nº2147/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11062/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Iranduba
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Alessandro Pereira Carbajal (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Camila Pontes Torres - OAB/AM 12280
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6663/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Iranduba. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Alessandro Pereira Carbajal**, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iranduba, exercício 2018, no período de 01/01/2018 a 31/12/2018, em conjunto com o art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas que não ensejaram danos ao erário, porém atentaram contra a legislação aplicável.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Alessandro Pereira Carbajal**, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iranduba durante o exercício de 2018, no **valor de 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos)**, com base no art. 54, inciso II, da Lei 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE devido à desatualização ou ausência de informações no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Iranduba (Restrições 1, 13, 14, 15, 16 e 18) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso



ACÓRDÃO Nº2147/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Recomendar ao Sr. Alessandro Pereira Carbajal**, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Iranduba durante o exercício de 2018, que à Controladoria Interna daquela Casa Legislativa atenta/fiscalize, nos termos do art. 45, incisos e parágrafos da Constituição Estadual/1989 o cumprimento, por parte do gestor, dos prazos para o envio dos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGFs, nos termos do art. 5º da Res. TCE nº 42/2013.

A atualização dos dados do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Iranduba, de maneira que contenha os relatórios e balanços contábeis em sua completude de dados, inclusive, no que tange aos Relatórios de Gestão Fiscal, as assinaturas dos responsáveis de que trará o art. 54, II da Lei Complementar nº 101/2000, de modo a evitar divergência de valores dos agregados informados ao Portal e-Contas e os informados na ocasião da Prestação de Contas Anuais prezando pela confiabilidade dos dados enviados ao Tribunal de Contas.

- 10.4. Dar ciência ao Sr. Alessandro Pereira Carbajal**, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Iranduba durante o exercício de 2018, da decisão.

- 10.5. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº2147/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral